UM OLHAR SOBRE A AVALIAÇÃO UNIVERSITÁRIA: UM REFERENCIAL DE ANÁLISE, TEORIA E REFLEXÃO[1]

Ivo Blatt

Fátima Ferretti Tombini

RESUMO

O presente texto provoca uma reflexão sobre a necessidade e importância da avaliação universitária. Propõe debater, para além dos pressupostos teórico-metodológicos, também sua implicação na prática e seus efeitos sobre a práxis acadêmica e pedagógica, suas contradições e seus avanços.

ABSTRACT

The present paper provokes a reflection about the necessity and importance of the university assessment. It proposes to debate, beyond theoretical-methodological presuppositions, its implication on the practice and its effects on the academic and pedagogical *praxis*, with its contradictions and advances.

POR QUE E PARA QUE AVALIAR

Um olhar sobre a avaliação, remete-nos, necessariamente, a refletir sobre (duas) indagações básicas e fundamentais: "por que e para quê" avaliar e para quê e para onde mudar? Responder a tais indagações implica ancorar a reflexão na missão, objetivos e finalidade, do *"ser e fazer"* Universidade.

O tema reveste-se de singular importância, no atual momento, em que se desencadeia, em nível de universidade, uma discussão, tendo em vista revisitar e dinamizar concepções, experiências e práticas que vêm sendo desenvolvidas no contexto da universidade, tendo em vista, agora, as novas dimensões, perspectivas, diretrizes e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2003-2007) e da recente "Reconfiguração" dos Projetos Político-Pedagógicos da Universidade.

Ao falarmos de Avaliação estaremos também, inevitavelmente, discutindo além dos pressupostos teórico-metodológicos, sua implicação prática, vale dizer, seu uso e seus efeitos sobre a práxis acadêmica e pedagógica, avaliações e, necessariamente, as contradições entre seu uso e efeitos esperados. Move-nos, então, o desejo de contribuir para o adensamento de debates a

[1] O referido estudo foi realizado na URI – Campus de Frederico Westphalen pelos responsáveis do Núcleo

respeito da Universidade brasileira e para o aprimoramento e a consolidação da Avaliação Institucional, tendo em vista qualificar a atuação da universidade no seu todo.

Deve-se ter presente, para tanto, que a avaliação nunca foi um tema pacífico e de fácil consenso. É, sempre, de alguma forma, um tema polêmico. O que não quer dizer que deva ser feito sem princípios e critérios; sem diretrizes, claramente, definidas e estabelecidas.

Certezas não existem nos processos de avaliação e nos seus resultados, como aliás não há nem na própria ciência. E, neste ponto, consiste, não a sua fragilidade, mas as suas possibilidades de reflexão.

É necessário, por conseguinte, estabelecer, de antemão, os referenciais e princípios, isto é, a filosofia e missão educativa que sustenta, anima e ilumina a práxis acadêmico-pedagógica desenvolvida na Universidade. Tendo em conta o que já dizia o filósofo grego Aristóteles (1992: p.11),"tudo depende do fim que se queira atingir".

Com efeito, sem princípios, claramente definidos, a ação perde o rumo, o sentido, vira rotina. .

Torna-se imprescindível compreender que não basta avaliar; é preciso melhorar. Avaliar é preciso e urgente. A compreensão da avaliação como um processo de indagações, comparações, de obtenção de informações que permite a emissão de juízos e contribui para a tomada de decisões, é fator determinante das mudanças, necessárias, para a melhora da qualidade no ensino, em especial.

Já se foi a época em que se discutia sobre a conveniência ou não de avaliar as instituições universitárias. A necessidade da avaliação, hoje, é uma unanimidade no nosso meio. O que se discute, atualmente, não é o fato e sim os meios, o tipo e as finalidades da avaliação. Esse consenso não se originou no interior da Universidade. É conseqüência antes de uma das características próprias das organizações da nossa época: a procura pela qualidade.

Neste sentido, a questão do "por que" avaliar, será sempre uma questão primeira a ser colocada, antes do "onde, como e quando, etc.".

Buscamos, então, inspiração e suporte na legislação, LDB, na missão e no Projeto de Desenvolvimento Institucional, ao explicitar e delinear a missão institucional, expressa:

> Um processo de avaliação precisa, portanto, estar firmemente ancorado nos referenciais e pressupostos acima colocados: atender à legislação, LDB, Lei nº 9.394/96, à missão da universidade, às Diretrizes e metas do PDI e ao avanço da ciência, do conhecimento e da

necessidade de acompanhar, estimular e sinalizar novos rumos para a sociedade, formando um profissional com alta qualificação técnico-científica e, sobretudo, com aprimorada qualidade social e humana.

MISSÃO DA UNIVERSIDADE

A missão da URI explicita-se:

> "formar pessoal ético e competente, inserido na comunidade regional, capaz de construir conhecimento, promover a cultura, o intercâmbio, a fim de desenvolver a consciência coletiva na busca contínua da valorização e da solidariedade humana" (PDI, 2003, p. 8).

A avaliação estará, assim, ancorada na missão, finalidade e na práxis educativa/ pedagógica, com vistas ao aperfeiçoamento e à consolidação do projeto Institucional, com ênfase na formação e no desenvolvimento regional.

Avaliar significa um olhar reflexivo, crítico e emancipatório sobre a "*universidade que temos e a universidade que queremos"*, na referência feita por Cipriano Luckesi (1998:42).

O autor conceitua a universidade como:

> "consciência crítica da sociedade,", ou seja, um corpo responsável por indagar, questionar, investigar, debater, discernir, propor caminhos de soluções, *avaliar,* na medida em que exercita as funções de criação, conservação e transmissão da cultura" (LUCKESI, 1998: 42-43).

Uma universidade em contínuo fazer-se; em acordo com as exigências do homem que aspira "*ser mais",* dentro de um processo histórico. Para tanto, a universidade deve estar continuamente em interação com a sociedade, com a realidade que a gera e sustenta.

Dentro desse *"ser mais"* a avaliação adquire um objetivo de promover uma autoconsciência da instituição, permitindo aos indivíduos que participam do processo conhecerem as limitações com as quais trabalham, bem como sugere um marco na identificação da construção de uma Universidade comprometida com o desenvolvimento científico e social. Neste sentido, avaliar a Universidade é também exercitar os gestos de sua permanente e interminável construção.

A avaliação de caráter crítico e com forte espírito social, não é instrumento de controle, mas um mecanismo de conhecimentos, compreensão e melhora da instituição e de seus agentes.

Deve ser realizada de maneira democrática, com ampla participação dos sujeitos universitários, como um processo articulado e duradouro para melhorar a instituição, tendo como parâmetros os fundamentos gerais que dão consistência à universidade, como também à missão e aos compromissos sociais que cada instituição estabelece para si mesma. Esta é a função social da avaliação: "um processo de constante auto-conhecimento e reconstrução institucional. É um caminho de interlocução" (BELLONI, 2000, p. 39).

A propósito, destacam-se do Planos Institucional, três grandes vertentes ou eixos norteadores da ação universitária: Excelência no Ensino, Pesquisa e Extensão; formação de profissionais para um novo tempo; e compromisso com o desenvolvimento regional. Ao avaliar não vê isoladamente estes eixos, mas também as fronteiras e relações que cada uma das partes possuem entre si, e, sobretudo, como interage com as outras e se integra ou não ao todo.

Para tanto, José Dias Sobrinho enfatiza:

> "A Universidade precisa estar sempre pronta para mudar, atualizar-se, acompanhar as evoluções da ciência e da sociedade, sem perder sua identidade. Deve ser pertinente, enraizada no terreno social, (...) sem deixar jamais de ter os pés fincados firmemente no solo da sociedade e da nacionalidade" (apud JÚNIOR; SGUISSARDI, 200, p. 19).

UM NOVO DESAFIO: A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DO CONTÍNUO "S*ER E FAZER UNIVERSIDADE"*

Tendo presente, também, a avaliação, concebida e operacionalizada pelo grupo de instituições que integram o Consórcio de Universidades Gaúchas (COMUNG) (*Uma década de avaliação integrada- 2003*) que tem como objetivo primeiro, construir elementos para revitalizar o processo de qualificação da atuação universitária, elevando o nível de sua produção acadêmica e de seus serviços.

Entende-se, portanto, a avaliação como uma "reflexão e sistematização permanente e continuada tendo no projeto institucional e nas formas de sua concretização, os focos de seu olhar".

A avaliação assim entendida será uma estratégia fundamental no sentido de promover uma discussão aprofundada sobre o próprio papel da universidade na sociedade contemporânea,

sofrendo os impactos das grandes e céleres transformações em curso em todos os campos da vida humana.

Deve constituir-se, então, num instrumento estratégico de construção, aperfeiçoamento e consolidação do projeto institucional. Além disso, irá objetivar: discutir concepções, socializar experiências, refletir sobre o próprio processo de avaliação desenvolvido na instituição; traçar formas de ação conjuntas e solidárias; e a tomada de novas decisões em vista de seu contínuo fazer-se.

O sucesso deste sempre renovado desafio institucional estará associado ao nível da sensibilização de que estiver imbuído todo o coletivo acadêmico para a necessidade da importância de se proceder a avaliação de sua atuação, para o pleno cumprimento de sua filosofia e missão.

A avaliação constitui um processo dialógico na medida em que permite um olhar sobre as dimensões quantitativas e qualitativas, como expressões do vivido e do almejado.

Portanto, não poderá ser visto como algo episódico, pontual, corretivo ou punitivo, mas processual. Avaliação implica em julgamento de valor e responsabilidade no plano ético.

Avaliação, tampouco, é um fim em si mesmo. Só terá sentido se for global, isto é, literalmente "institucional", vale dizer, se contar com a participação, envolvimento e comprometimento de todos os agentes envolvidos: professores, alunos, corpo técnico-administrativo; o acadêmico e a gestão administrativa. O objetivo está em firmar valores que levem à revisão e melhoria da qualidade de ensino, tendo em vista consolidar a missão de uma instituição universitária de natureza e caráter regional e integrada à sociedade de sua área de atuação.

O que significa efetiva intenção e decisão de pensar de forma conjunta e coletiva: o "ser e fazer" universidade. A avaliação deverá ser precedida das discussões da missão e das novas funções da universidade num contexto de profundas transformações por que passa a sociedade brasileira e regional atual.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS PARA UMA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Esta parte do texto não trata do que se deve ou não avaliar, mas sim, faz uma tentativa de formular algumas questões sobre os encaminhamentos metodológicos para um tipo de trabalho

avaliativo que contempla a complexidade do todo da Universidade. Uma avaliação, que busca averiguar o desempenho da Universidade no exercício das funções de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços, que lhe foram atribuídos no contexto de uma Universidade social e moderna.

As considerações que pretendemos fazer afetam a avaliação apenas indiretamente, ou seja, trazem para o debate os fundamentos de uma avaliação com uma nova dimensão: Como a Universidade está pensando a si mesma ante as profundas transformações que a avaliação institucional vem oportunizando, enquanto fatores epistêmicos e sócio-institucionais, como assinala Cardoso. "A necessidade da avaliação é justificada porque se considera que a Universidade tem a obrigação de dar respostas à sociedade..." (1991, p.15).

Objetiva-se, aqui, pontuar alguns elementos teórico-metodológicos que caracterizam e fundamentam o processo de avaliação do ensino superior brasileiro.

O Brasil é um país que tem sofrido, na última década, grandes transformações nas diversas faces que englobam a Educação Superior.

A avaliação institucional tem trazido uma contribuição no direcionamento das ações, na tomada de novas decisões, tanto no âmbito administrativo quanto pedagógico, visando a garantir a melhoria na qualidade de ensino e do conjunto das ações desenvolvidas na instituição universitária e comunitária. É importante frisar que os problemas da educação em geral, e da avaliação, em especial, não se circunscrevem ao campo meramente pedagógico, inseridos que estão na dinâmica do conjunto estrutural da sociedade mais ampla.

As pesquisas em avaliação institucional, do processo de ensino-aprendizagem, de programas ou de sistemas que vêm ocorrendo de forma pontuada no Brasil, nos últimos vinte anos, têm-se intensificado nos anos 90. Em geral, caracterizam-se por serem ainda fragmentárias e pontuais. Embora devemos reconhecer avanços feitos na direção do enfrentamento desta situação[1], um longo caminho ainda está por ser trilhado.

[1] Um exemplo está na recente realização do Seminário Interno de Avaliação organizado pelo Grupo de Pesquisas LOED da FE da UNICAMP, em 26/11/2001, denominado "A construção do Campo e da Crítica em Avaliação". Contou com a aparticipação de vários pesquisadores brasileiros e como expositores José Dias Sobrinho, da UNICAMP, Menga Lüdke da PUC do RJ e Heraldo Marelim Vianna, da FCC, entre outros.

Historicamente, registram-se no Brasil algumas experiências de avaliação institucional, a partir do final dos anos 70. A avaliação no âmbito do Estado tornou-se obrigatória somente para o sistema educacional e foi institucionalizada nos anos 90, através da LDB (lei 9394/96) artigo 46.

Vianna (2002) faz um levantamento destas iniciativas em avaliação voltadas para o rendimento do aluno. De forma semelhante, Leite (1997) o faz, com a avaliação do ensino superior. Os autores fazem um importante percurso histórico, destacando que a partir de1977, houve o início das avaliações da pós-graduação brasileira pela CAPES–Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior.

No âmbito do Governo, o Ministério da Educação, em 1983, instituiu o PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária, que vigorou até 1986. Neste mesmo ano, o Ministério criou o GERES – Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior - que, segundo LEITE, "em última análise, através da avaliação, pretendia ranquear as instituições" (1997, p. 9).

Ainda em 1993, o Ministério da Educação recebeu uma proposta do Fórum de Pró - Reitores sobre a criação de um programa de apoio à avaliação do ensino de graduação.

Na acepção do PAIUB, o processo de avaliação institucional deve buscar atender à tripla exigência de ser: a) um processo contínuo de aperfeiçoamento; b) uma ferramenta para planejamento da gestão universitária e c) um sistema de prestação de contas à sociedade (PAIUB, 1994).

A avaliação passa a ser entendida como um dos pilares da construção de uma Universidade democrática, comprometida com o futuro e com os desafios que lhe são continuamente interpostos pela sociedade.

Um Projeto de Avaliação Institucional, em primeiríssimo lugar, procura refletir a missão da Universidade, seus objetivos e sua função social. Consite, pois, num repensar sobre a universidade que "temos e a universidade que "queremos" ajudar a construir.Neste enfoque, é inevitável que a avaliação institucional abranja não só o ensino, em todos os seus níveis (Graduação e Pós-Graduação), mas também a pesquisa, a extensão, a prestação de serviços e a própria gestão e administração universitária.

PRINCÍPIOS PARA UM PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os princípios que fundamentam um Programa de avaliação institucional da universidade seguem, em linhas gerais, aqueles citados no Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB,1994), são:

I – PROGRESSIVIDADE: expressa a ampliação e aperfeiçoamento gradual da avaliação que compõem a vida universitária;

II – GLOBALIDADE: expressa a noção do que é necessário ser avaliado, a partir de todos os elementos que compõem a Instituição;

III- COMPARABILIDADE: expressa a busca de um linguajar técnico-científico de comum entendimento da Universidade e possibilidade de comparação entre o nível de desempenho dos diferentes campos de intervenção interna e externa da Instituição;

IV -RESPEITO À IDENTIDADE INSTITUCIONAL: expressa a consideração das características próprias da URI, possibilitando-lhe a reflexão honesta sobre o que é e sobre o que pretende ser;

VI- NÃO PREMIAÇÃO OU PUNIÇÃO; expressa a avaliação para a autocrítica, assumindo o erro ou falha como elemento pedagógico de mudança;

VII – PARTICIPAÇÃO E ADESÃO VOLUNTÁRIA: envolvimento de todos discentes e docentes, preconizando a participação voluntária das pessoas com indispensável incentivo para a adesão ao Programa de Avaliação, em termos de Instituição, de órgão e de pessoas, tanto em nível individual como coletivamente;

VIIII – LEGITIMIDADE E TRANSPARÊNCIA: expressa a sua metodologia de implementação de indicadores capazes de fornecer informações fidedignas aos órgãos e às pessoas envolvidas, com ampla divulgação e abertura do processo avaliativo;

IX - CONTINUIDADE: expressa a possibilidade de comparabilidade dos dados de uma etapa de implementação do programa com os de outra, contribuindo para a incorporação dos resultados, visando ao seu aperfeiçoamento e oportunizando ações para a transformação da realidade, a partir dos dados constatados.

O Programa de Avaliação na ótica da URI deverá estar ancorado nos princípios e linhas gerais do PAIURI e PAIUNG, acima elencados.

DIRETRIZES PARA UM PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As reflexões e pressupostos, anteriormente colocados permitem enunciar as linhas e diretrizes, que, a nosso ver, poderão nortear o processo e as ações da uma avaliação institucional:

I- Configurar e aprimorar o processo de Avaliação Institucional (interno e externo) através de um programa permanente e continuado, desenvolvendo uma cultura avaliativa em consonância com a missão da Universidade e em atendimento aos preceitos da LDB, Lei n° 9.394/96, colocando a Instituição num patamar de qualidade e referência.

II- Priorizar as áreas de conhecimento, os departamentos, órgãos colegiados, congregações de cursos como espaços de estudos, discussões e dinamizações para a implementação das atividades relativas à avaliação da graduação, assim como da pesquisa, extensão, pós-graduação e gestão administrativa.

III- Assegurar, como pressuposto metodológico, a participação dos departamentos/colegiados de cursos/áreas de conhecimento no processo de avaliação, desde o seu desencadeamento, execução e consolidação, análise dos resultados, visando à tomada de decisões que otimizem o desenvolvimento da qualidade institucional;

IV- proporcionar a continuidade do programa através de (re)avaliações subseqüentes, com mecanismos de análise e de globalização dos resultados;

V- integrar as avaliações (auto-avaliação) realizadas pelo PAIURI às demais avaliações (externas- MEC/ Inep/Capes), especialmente as promovidas pelo Ministério da Educação e Desporto;

VI- manter e aprimorar um programa técnico de levantamento de dados e de informações, ficando estes à disposição da comunidade universitária;

VII- fornecer uma visão global da Instituição tanto em termos qualitativos, como quantitativos, visando a facilitar o redimensionamento das metas, finalidades, políticas e diretrizes, planos, programas para a Universidade e sua área de abrangência;

VIII- procurar compatibilizar o programa avaliativo com iniciativas de avaliação de âmbito nacional, estadual, quando julgado pertinente.

IX-

ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E A MISSÃO DA UNIVERSIDADE

Um programa de Avaliação Institucional caracteriza-se por uma busca constante de evolução no processo de avaliação enquanto pesquisa-ação, mediando o diagnóstico da realidade contextual da Universidade como uma prática permanente de leitura, análise e reflexão crítica, objetivando o aperfeiçoamento de suas funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Para que a avaliação se concretize numa perspectiva democrática e coletiva, o processo deverá se desenvolver através de etapas, que não serão estanques, mas que se interligam entre si: sensibilização e mobilização, diagnóstico, auto-avaliação, avaliação externa, tomada de decisão, reavaliação e realimentação.

4.3.1- Sensibilização e mobilização: Compreende um conjunto de atividades permanentes de discussão e apresentação do próprio processo da avaliação, fazendo parte de cada etapa da avaliação com plena consciência que as ações somente apresentarão resultados satisfatórios se cada um dos integrantes da Universidade, sejam discentes, docentes e funcionários, assumirem o papel de fazer frutificar a importância do processo de avaliação. Esta etapa não se encerra, ela acompanha todo o processo com realização de seminários, criando uma cultura de avaliação, pois existe a necessidade de manter a comunidade acadêmica com ânimos renovados, constantemente, na busca de uma avaliação legitimada pelos que participam e se beneficiam do processo, mantendo a característica da realização de um processo pautado no princípio da coletividade e da emancipação.

4.3.2- Diagnóstico: Disponibiliza um amplo conhecimento da estrutura acadêmica e administrativa da instituição, em todos os níveis, utilizando os dados existentes nos registros da vida universitária. Estes indicadores serão apenas mais um fator a se considerar ao fazer a leitura do processo de avaliação como um todo; constituem elementos, sinais e guias para uma ação.

4.3.3- Auto-avaliação (Avaliação Interna): Envolve a análise do diagnóstico e auto-avaliação das estruturas administrativas e acadêmicas, fazendo o balanceamento entre a realidade atual e a realidade desejada. Compreende ações desenvolvidas pelos setores internos da própria instituição, portanto, uma fase de revisão e autocrítica, na qual se promove um exercício avaliativo, tanto nas instâncias acadêmicas como administrativas. Fase que se desenvolve, respeitando o princípio da complexidade e das limitações inerentes ao processo. Tal análise auto-avaliativa é discutida pela comunidade e constitui um Relatório de Avaliação, integrando dados qualitativos e quantitativos sobre o corpo docente, discente e técnico-administrativo, o ensino de graduação, a pesquisa, a extensão, a pós-graduação, a gestão e o conjunto de serviços e compromissos, tendo em vista o apontamento inerente à missão e natureza de uma instituição comunitária.

4.3.4- Avaliação externa: Esta fase do processo de Avaliação Institucional será realizada com a participação de especialistas externos que promovem a análise do Relatório de Avaliação Institucional, da qual emanará um parecer que será encaminhado ao Comitê de Avaliação Institucional. Servirá também, para corroborar a coerência e consistência da avaliação frente a seus objetivos.

4.3.5-Tomada de decisão e ação: Esta fase do processo oportuniza a tomada de decisões no contexto da Universidade sobre os caminhos possíveis, decorrentes das discussões e reflexões proporcionadas pelo Relatório de Avaliação Institucional. Tais decisões direcionam a consolidação dos Projetos Políticos-Pedagógicos dos Cursos e Desenvolvimento Institucional da Universidade, como um todo e de cada curso em particular.

4.3.6- Reavaliação e realimentação do processo.

Nesta fase serão retomados os principais aspectos do processo vivido, identificando as possíveis divergências e convergências relativas ao processo do diagnóstico, auto-avaliação e

avaliação externa, refletindo sobre as situações apontadas e elaborando novas metas e propostas para melhoria de cada dimensão avaliada e, conseqüentemente, da universidade como um todo.

Dessa forma, um Programa de Avaliação Institucional não se constitui em uma realidade meramente formal, abstrata e burocrática, mas resulta do trabalho coletivo e solidário do conjunto da comunidade acadêmica.

Toma-se, a propósito, o que disse Jacques Attali (Coord. Unesco p/ o Ensino Superior) sobre a importância da inovação, criação, comunicação e a crítica como, "competências necessárias a todo diplomado do ensino superior para agir e enfrentar, enquanto cidadãos responsáveis, as realidades das sociedades do século XXI"[2].

Neste enfoque, a Avaliação Institucional é mais do que o registro de um mapa, de uma realidade histórica. É a bússola a sinalizar o norte, o rumo às novas perspectivas, o novo futuro. Como disse Peter Drucker, o que distingue as instituições é sua capacidade de antevisão, antecipação e de proposição de novos paradigmas.

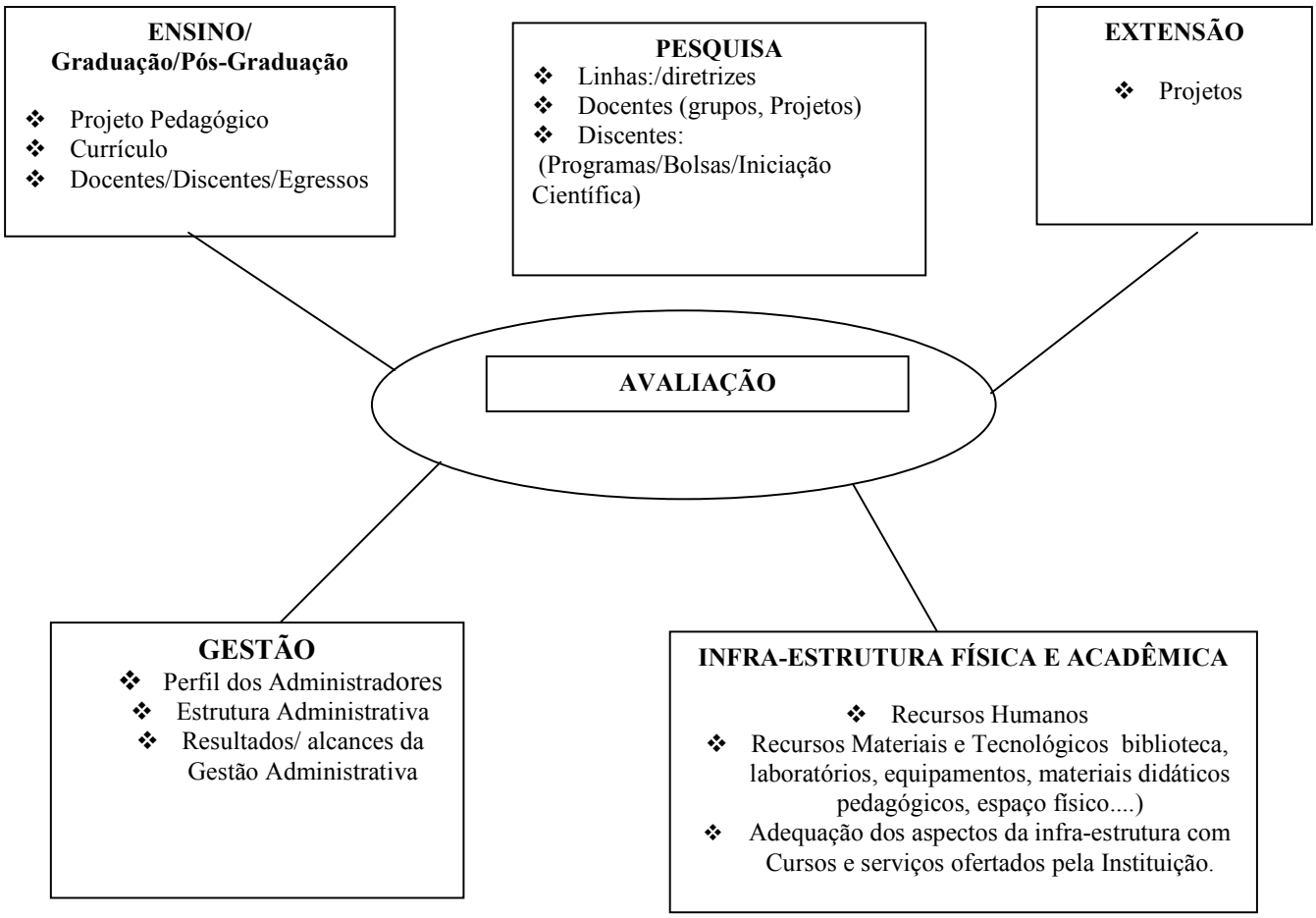
Descortina-se, pois, com a avaliação a construção de uma nova perspectiva no sentido da inovação e concepções pedagógicas e de atuação acadêmica capazes de responder não só ao mercado, mas para antever futuras demandas e necessidades do conjunto da sociedade.

O objetivo deste trabalho é o de contribuir para reflexões acerca da construção de uma cultura avaliativa que oportunize a Universidade uma interação crítica e consciente com a sociedade e a comunidade universitária, dando ênfase ao "aprender a aprender fazer, ser e empreender".

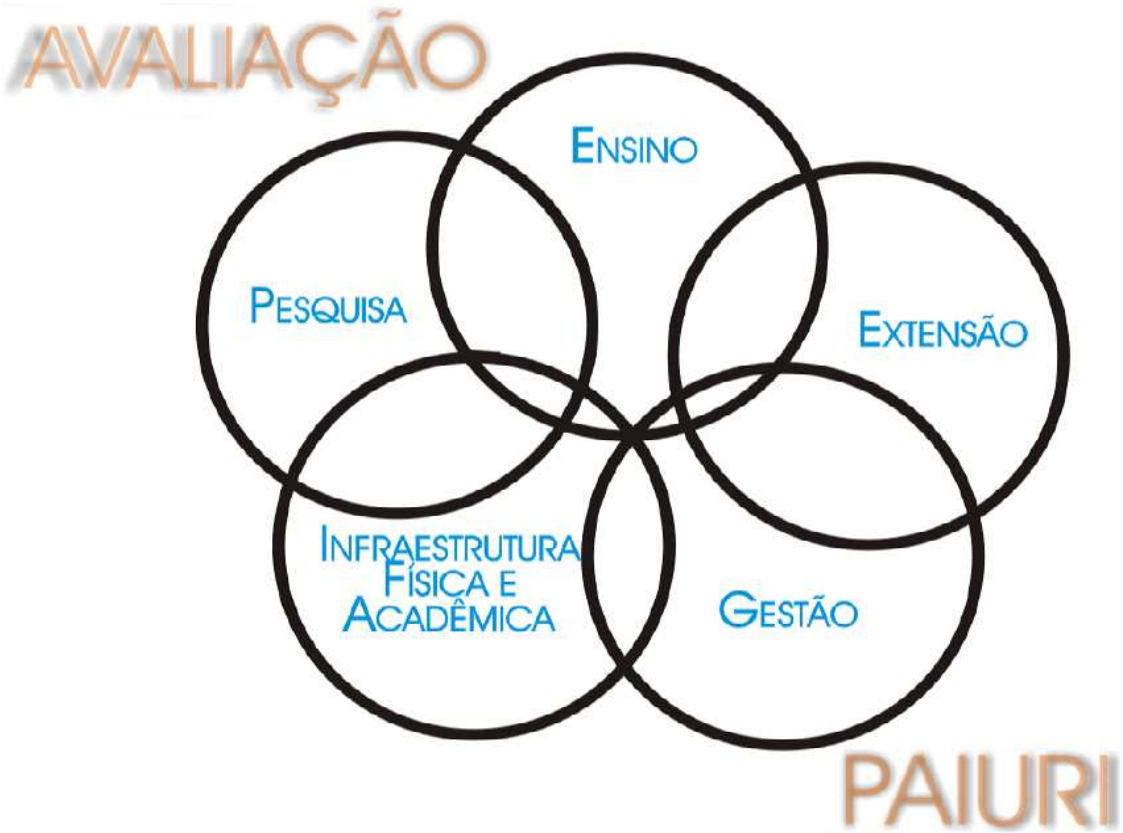
A seguir apresenta-se como sugestão: a abrangência e algumas ênfases para uma avaliação conseqüente e pertinente com a missão de instituição universitária e de caráter regional, integrada e comunitária e em sintonia com as diretrizes do PAIURI e PAIUNG:

5.1-ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2003 PAIUB/PAIURI

- *A universidade que temos*
- *A universidade que queremos*



[2] ATTALI, J. Courrier de PUNESCO. Setembro de 1998.



5.2-ÊNFASES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

- Currículo
- Inovações dos processos pedagógicos
- Aprimoramento do ensino da Graduação
- Formação científica e humanística
- Capacitação ao exercício profissional contextualizado a valores sociais e humanos
- Qualificação do corpo Docente
- Integração ensino, pesquisa e extensão.
- Necessidades e expectativas sociais e demandas do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTALI, J**. Courrier de I'UNESCO,** Setembro, 1998.

CARDOSO, M.L. **A avaliação da Universidade:** Concepções e Perspectivas, in Universidade e Sociedade, Brasília, Vol I, n º 1,p. 14-24, 1991.

DIAS SOBRINHO, J**. Editorial. Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior –** RAIES, ano 1, v.1, nº1 (1) – julho, 1996.

_____. Avaliação da educação superior. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO; J. & RISTOFF;D. I. **Universidade Desconstruída: Avaliação Institucional e Resistência**. Florianópolis**;** SC Insular, 2000.

FRANÇA. **Conferência Mundial sobre o Ensino Superior**. Paris, 1998, p. 69.

JÚNIOR, J.R.S. & SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação Superior no Brasi**l. São Paulo: Cortez,2001.

LEITE, D. B. C**. Avaliação e tensões de estado, universidade e sociedade na América Latina. Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior** – RAIES, ano 2, v.2, nº1 (3) – março, 1997.

SGUISSARDI, V (Org.). **Avaliação Universitária em Questão**. Campinas: Autores Associados, 1997.

RISTOFF, D. I**. Universidade em foco – reflexões sobre a educação superior.** Florianópolis: Insular**,** 1999.

VIANNA, H. M**. Questões de avaliação educacional:** proposta para discussão**. In Avaliação:** Construindo o campo e a crítica. Editora Insular, Florianópolis (SC), 2002.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2000-2004. Reitoria da URI, Erechim, 2000.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2003-2007. Reitoria da URI, Erechim, 2003.